



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA  
REDAÇÃO FINAL  
PROJETO DE LEI Nº 3.659-C DE 2023

Altera a Lei nº 14.289, de 3 de janeiro de 2022, para estender a preservação de sigilo nela prevista às pessoas com infecção por vírus linfotrópico de células T humanas (HTLV).

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 14.289, de 3 de janeiro de 2022, para estender a preservação de sigilo nela prevista às pessoas com infecção por vírus linfotrópico de células T humanas (HTLV).

Art. 2º A ementa da Lei nº 14.289, de 3 de janeiro de 2022, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Torna obrigatória a preservação do sigilo sobre a condição de pessoa que vive com infecção pelos vírus da imunodeficiência humana (HIV), das hepatites crônicas (HBV e HCV) e do linfotrópico de células T humanas (HTLV) e de pessoa com hanseníase e com tuberculose, nos casos que estabelece; e altera a Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975."

Art. 3º A Lei nº 14.289, de 3 de janeiro de 2022, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a obrigatoriedade de preservação do sigilo sobre a condição de pessoa que vive com infecção pelos vírus da imunodeficiência humana (HIV), das





hepatites crônicas (HBV e HCV) e do linfotrópico de células T humanas (HTLV) e de pessoa com hanseníase e com tuberculose, nos casos que estabelece.”(NR)

“Art. 2º É vedada a divulgação, pelos agentes públicos ou privados, de informações que permitam a identificação da condição de pessoa de que trata esta Lei, nos seguintes âmbitos:

.....

Parágrafo único. O sigilo profissional sobre a condição de pessoa de que trata esta Lei somente poderá ser quebrado nos casos determinados por lei, por justa causa ou por autorização expressa da pessoa acometida ou, quando se tratar de criança, de seu responsável legal, mediante assinatura de termo de consentimento informado, observado o disposto no art. 11 da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD).”(NR)

“Art. 3º Os serviços de saúde, públicos ou privados, e as operadoras de planos privados de assistência à saúde estão obrigados a proteger as informações relativas a pessoas com a condição a que se refere esta Lei, bem como a garantir o sigilo das informações que eventualmente permitam a identificação dessa condição.

§ 1º A obrigatoriedade de preservação do sigilo sobre a condição de pessoa de que trata esta Lei usúaria dos serviços de saúde recai sobre todos





os profissionais de saúde e os trabalhadores da área de saúde.

§ 2º O atendimento nos serviços de saúde, públicos ou privados, será organizado de forma a não permitir a identificação, pelo público em geral, da condição de pessoa de que trata esta Lei.” (NR)

“Art. 5º Nos inquéritos ou nos processos judiciais que tenham como parte pessoa com a condição a que se refere esta Lei devem ser providos os meios necessários para garantir o sigilo da informação sobre essa condição.

§ 1º Qualquer divulgação a respeito de fato objeto de investigação ou de julgamento não poderá fornecer informações que permitam a identificação de pessoa de que trata esta Lei.

§ 2º Em julgamento que envolver pessoa com a condição a que se refere esta Lei no qual não seja possível manter o sigilo sobre essa condição, o acesso às sessões somente será permitido às partes diretamente interessadas e aos respectivos advogados.” (NR)

“Art. 6º .....

Parágrafo único. Nas situações em que for divulgada informação sobre a condição de pessoa de que trata esta Lei por agentes que, por força de sua profissão ou do cargo que ocupam, estão obrigados à preservação do sigilo, e essa divulgação ficar caracterizada como intencional e





com o intuito de causar dano ou ofensa, aplicar-se-  
ão em dobro:

....." (NR)

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua  
publicação.

Sala da Comissão, em 8 de julho de 2025.

Deputada LAURA CARNEIRO  
Relatora

